

Editorial - A Guerra no Afeganistão: Lições a Aprender

General
Gabriel Augusto do Espírito Santo



Se há coisas difíceis de prever, uma delas é o futuro. E o futuro da guerra que se desenvolve no Afeganistão, desde 2001, entre uma Força Internacional de Estabilização e Apoio mandatada pelas Nações Unidas, que a partir de 2003 é comandada pela OTAN, e os *mujahideen* (lutadores) locais, organizados no movimento *Talibã*, é difícil de prever, ainda que as propostas de solução vão sendo discutidas a ritmo acelerado. O presente mostra que o conflito no Afeganistão passou a envolver o Paquistão e outros países da região, que o movimento *Talibã* tem estreitas relações com a al-Qaeda, que continua a recrutar em países tão diferentes como o Uzbequistão e a Somália, e que a inspiração islâmica está a crescer. A escalada regional do conflito, envolvendo vizinhos e próximos, está em marcha. O presente também mostra que o combate se vai intensificando, levando alguns militares regressados do Teatro, com experiências anteriores, a afirmar “que ali se desenrola o mais intenso combate apeado como nunca tinham visto noutras missões”. A escalada vertical do conflito está, também, em marcha. Não devendo constituir surpresa, já que o jovem militar Winston Churchill, estacionado no território em 1897, descrevia assim os combatentes que enfrentava: à agressividade dos Zulus, juntam a habilidade dos peles-vermelhas e a pontaria dos bóeres.

Actualmente, a Força Internacional de Estabilização e Apoio (*ISAF*), atinge os 64.500 efectivos, das 28 nações da OTAN (Portugal contribui com 90 militares) e de mais 14 estados que se juntaram à coligação, e a sua missão tem finalidades múltiplas, que passam por atingir a segurança, a reconstrução do país, a formação de forças militares e policiais locais, o controlo da droga e outras. Dessas múltiplas finalidades, passados estes anos de permanência, as toneladas de munições despejadas sobre o território e os milhões de dólares gastos num apoio que pouco se vê, o que é que se atingiu?

A segurança, com flutuações, tem-se agravado. Os sinais são o número de baixas atingido pelas topas da ISAF (até Outubro de 2009 totalizaram 1.384 mortos, entre os quais dois militares portugueses) e o número de incidentes com explosivos improvisados provocados pelas forças opositoras (828, em Julho de 2009), mostrando uma evolução na estratégia

militar e táticas utilizadas, o que leva alguns analistas a afirmar que os talibãs se estão a *iraquizar* na sua actuação. As 47 Equipas de Reconstrução constituídas estão fixas em áreas de onde pouco se movem e, diz-se, pagam aos insurgentes locais para obterem segurança. A proliferação de organizações governamentais e não governamentais e empresas privadas nos trabalhos de reconstrução têm-se traduzido em dispersão de esforços, gastos astronómicos e falta de coordenação. A formação de forças militares e policiais, apesar de dificuldades, é uma área onde se tem verificado alguns progressos. Quanto ao controlo da droga alguns números elucidam. Em 2006, o Afeganistão produziu 6.100 toneladas de papoila opiácea (mais 25% do que em 2005). Com essa produção foi possível fabricar 610 toneladas de heroína (87% da produção mundial, com a maior parte consumida na Europa, o que explica alguns procedimentos europeus). Citando o Presidente Karzai, os lucros do contrabando da heroína produzida no País atingem 60% a 80% do PIB do Afeganistão.

Das lições até agora aprendidas há quem enfatize:

- Falhas na *Grande Estratégia* dos EUA, ao definir como *centro de gravidade* para a sua actuação contra o terrorismo conduzido pela al-Qaeda, aquele território. Má definição dos objectivos políticos da intervenção/ocupação. O objectivo de estabilizar o País, estabelecendo ali uma democracia e uma república (mesmo islâmica), talvez tivesse sido melhor conseguido procurando restaurar a velha monarquia afegã destronada nos anos setenta do século passado.
- Má escolha da estratégia militar para atingir os objectivos políticos. Foi mal conseguido o isolamento do Teatro de Operações. Demasiada confiança numa estratégia militar com ênfase na tecnologia e nas armas inteligentes e menos recurso a efectivos suficientes para patrulhar e encontrar o adversário, esquecendo a *doutrina Powell* dos anos noventa. A preocupação com informações estratégicas pôs de lado a informação operacional e tática.
- Estratégia operacional e táticas desajustadas ao ambiente operacional. A cobertura militar do território foi tardia e é insuficiente (com concentrações de tropas em áreas e vazios no território, esquecendo a *quadrícula* do dispositivo militar, essencial na contra-insurreição). A preocupação das nações com as “não baixas” nos seus contingentes dificulta a acção de comando, limitando localizações, missões e tarefas a cumprir. Essas preocupações levam a uma protecção exagerada, a instalações militares demasiado sumptuosas e que as tornam vulneráveis, a um insuficiente patrulhamento apeado de contacto com as populações. Para uma guerra que, mais uma vez, se desenvolve no meio do povo, esqueceram-se procedimentos aprendidos em experiências militares do passado que auxiliaram a conquistar *mentes e corações*.
- Sendo uma *guerra assimétrica* face ao armamento utilizado pelos opositores, tem-se verificado que no combate próximo as forças talibãs levam vantagem, quer pelo calibre utilizado nas armas individuais (o calibre 7,62 da AK47 permite neutralizar a maiores distâncias do que o calibre 5,56 utilizado pela maioria das forças da OTAN), quer pela menor utilização do combate apeado por parte dessas forças, quer pelos métodos de *bate e esconde* utilizados pelo adversário.
- Má condução da cooperação civil-militar na *manobra sobre as populações e seu desenvolvimento*. Esquecendo princípios como os do objectivo, da economia de meios, do esforço, da unidade de acção e da coordenação, os resultados obtidos são modestos.

A comunidade internacional está preocupada com aquela guerra. Nos EUA, o seu Presidente, diz que esta guerra é uma *guerra de necessidade e não de escolha*, como foi a guerra do Iraque. As reuniões entre políticos e militares têm-se tornado habituais na Casa Branca, para tentar encontrar saídas para um problema que afecta cada vez mais a sociedade americana e a credibilidade do seu Presidente. Para já, parece que a solução é insistir na eleição do Presidente Karzai, confiar na *estratégia Petraeus* de aumento de efectivos e tentar sair do território logo que possível, antes que o *síndrome Vietnam* afecte a grande nação americana. Governos europeus com maiores efectivos no Teatro de Operações (Reino Unido, Itália, Espanha, Holanda e Dinamarca) estão a sentir dificuldades políticas e pressões das suas opiniões públicas. A OTAN, e o seu novo Secretário-geral, tem-se esforçado em declarações e iniciativas, para tentar justificar a presença da Aliança na área. Parecendo confiar que o Novo Conceito Estratégico traga soluções (o grupo de doze *sábios* escolhidos, liderados pela Senhora Madeleine Albright, poderá dar-lhe impulso inovador), vai esquecendo fortalecer o carácter militar da Aliança (foi para isso que foi criada e que a distingue), adaptando-o a este novo tipo de conflitos tão característicos do século XXI e abandonando conceitos enraizados em estruturas de comando e de forças concebidas para a Guerra Fria.

Que fazer? Abandonar uma tarefa difícil, tentando disfarçar um objectivo político não conseguido através de uma eleição que não estabilizará a região mas abrirá caminho a novas convulsões e que manterá o Afeganistão como centro para terroristas e berço da heroína? Ou continuar a acção, com a presença militar reforçada da OTAN na área, alterando as deficiências detectadas na estratégia operacional e na tática, empenhando mais as Nações europeias da Aliança nos seus compromissos e esclarecimento das opiniões públicas até se conseguir uma maior segurança no Teatro, obtida pelo desmantelamento da estrutura talibã e menor apoio da população à sua acção? (Em 1996, 30.000 combatentes talibãs foram suficientes para o controlo de Cabul e, depois, o resto do território. Hoje, quando a insurreição só é verdadeiramente apoiada por um terço da população afegã, os “estudantes em religião” não agrupam mais do que 10.000 permanentes apoiados por 20.000 suplentes).

Os defensores da presença militar da Aliança na área argumentam que um vazio irá conduzir a novas convulsões, não consentidas por vizinhos, todos eles, com excepção do Turquemenistão, pertencentes ao Acordo de Cooperação de Xangai (assinado em 1966, engloba a China, a Rússia, o Cazaquistão, o Uzbequistão, o Tajiquistão, tendo como observadores a Índia, o Paquistão, o Irão e a Mongólia). Alguns destes países (Índia, Paquistão), estarão preocupados com a possibilidade de apoio a movimentos terroristas nos seus territórios. Outros, como a China, começam a preocupar-se com o tráfico de droga. Ficar o assunto entregue ao Acordo de Xangai seria também a renúncia ao controlo de importantes recursos energéticos na região.

A OTAN, modificando procedimentos e com maior empenhamento dos seus estados membros, terá de permanecer na região até se obter mais estabilidade. Retirando, depois e progressivamente, para países vizinhos, como o Turquemenistão, assegurando a presença na área dada a sua importância estratégica para controlo do fluxo de recursos

energéticos e onde, aliás, já se encontra. Já existe presença da OTAN no Quirguistão (base de Maras), no Tadjiquistão onde a aviação francesa opera uma base de apoio às operações no Afeganistão e no Uzbequistão, de onde operam os aviões *Tornado* alemães. Para defesa do sistema de valores e do estilo de vida dos cidadãos das nações que integram a Aliança Atlântica a guerra no Afeganistão tornou-se uma guerra de necessidade e de credibilidade. Para a OTAN não deixar uma placa comemorativa, em Cabul, a dizer “aqui jaz uma Aliança velha de 60 anos” é preciso que administrações e cidadãos acreditem que o Afeganistão “não é longe demais”.

* Presidente da Direcção da Revista Militar.